



O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, também defende a total autonomia econômica para Brasília

25 MAR 1993

Ministro da Justiça defende o Fundo de Participação do DF

JORNAL DO BRASIL 25 MAR 1993

Brasília

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, defendeu ontem a criação de um fundo de participação do DF — a ser discutido na revisão constitucional, em outubro — para acelerar a sua independência econômica. Um debate na sede do *Jornal de Brasília*, sobre a autonomia econômico-financeira da capital, reuniu políticos de diferentes partidos que são unânimes na defesa da criação do Fundo de Participação para onde seriam transferidos os recursos da União reservados ao DF. No primeiro dia do seminário, que se estenderá até 28 de abril, participaram da mesa-redonda o senador Walmir Campelo (PTB), o deputado distrital Benício Tavares (PP), presidente da Câmara Legislativa, o Secretário de Fazenda do GDF, Everardo Maciel e o presidente da

Federação do Comércio, Newton Rossi.

Não houve polêmica entre debatedores e convidados, que defendem a criação do Fundo de Participação do DF. Os recursos que o DF recebe atualmente da União são provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo do Centro-Oeste e doações voluntárias que o governo local pede à União para investimentos em saúde, educação e segurança pública.

O Secretário da Fazenda, Everardo Maciel, ressaltou que “Brasília emancipada passa pela criação do Fundo”. Segundo ele, os recursos do FPM e FPE juntos cobrem 9% da folha de pessoal do GDF. No ano passado, calcula, 45% dos gastos totais do governo do DF

foram repassados pela União, enquanto em 1989 o repasse chegou a 60%.

“Os repasses voluntários devem ser institucionalizados pelo governo federal. Brasília tem que deixar de ser uma adolescente pedindo mesada para existir”, defende Everardo. Segundo ele, a criação do Fundo de Participação do DF não remanejaria recursos garantidos atualmente a outros estados. “Os recursos do FPM, FPE e as doações voluntárias é que seriam repassados para o Fundo de Participação do DF”, esclarece.

O senador Walmir Campelo disse que a bancada do DF já se mobiliza na Câmara Federal para convencer parlamentares de outros estados a aprovarem o Fundo do DF na revisão constitucional.